

PARECER PRÉVIO DAS

CONTAS DO GOVERNADOR 2016



TRIBUNAL DE CONTAS
DO ESTADO DO CEARÁ

INTERESSADO: Governador Camilo Sobreira de Santana
RELATORA: Conselheira Patrícia Saboya
PROCESSO Nº: 01918/2017-5

1. Conjuntura Socioeconômica
2. Planejamento e Execução Orçamentária
3. Transferências Financeiras a Entidades Públicas e Privadas
4. Demonstrações Contábeis
5. Limites Constitucionais
6. Gestão Fiscal
7. Transparência na Gestão Pública
8. Atendimento às Recomendações do TCE sobre as Contas Anuais do Governo do Exercício de 2015
9. Ressalvas e Ocorrências alusivas ao Exercício de 2016

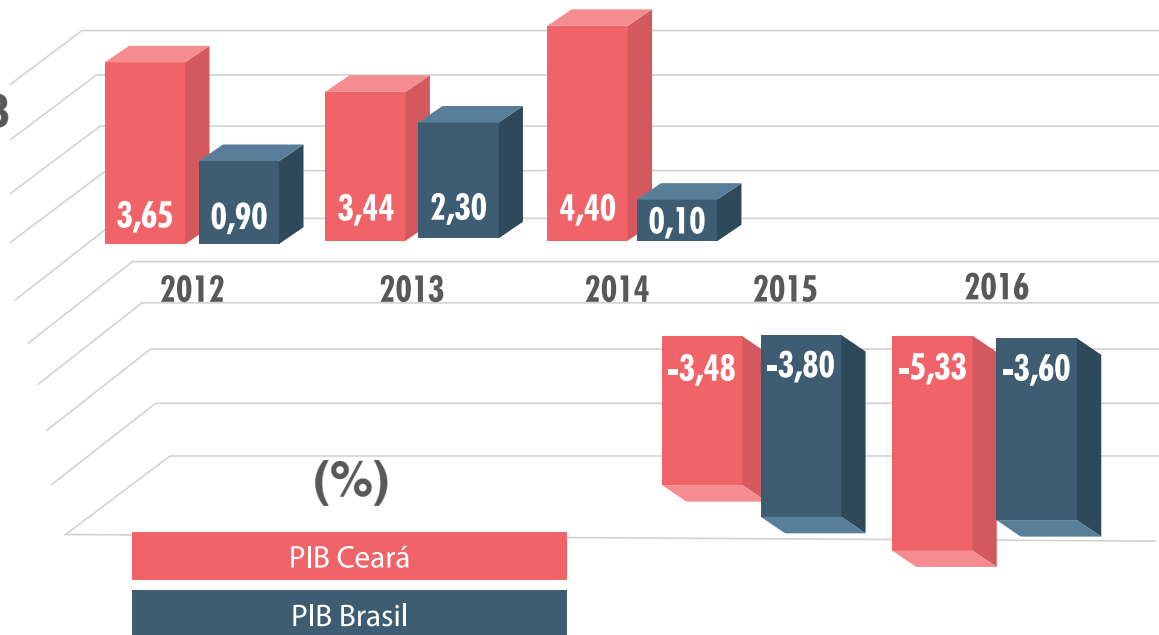


TRIBUNAL DE CONTAS
DO ESTADO DO CEARÁ

1

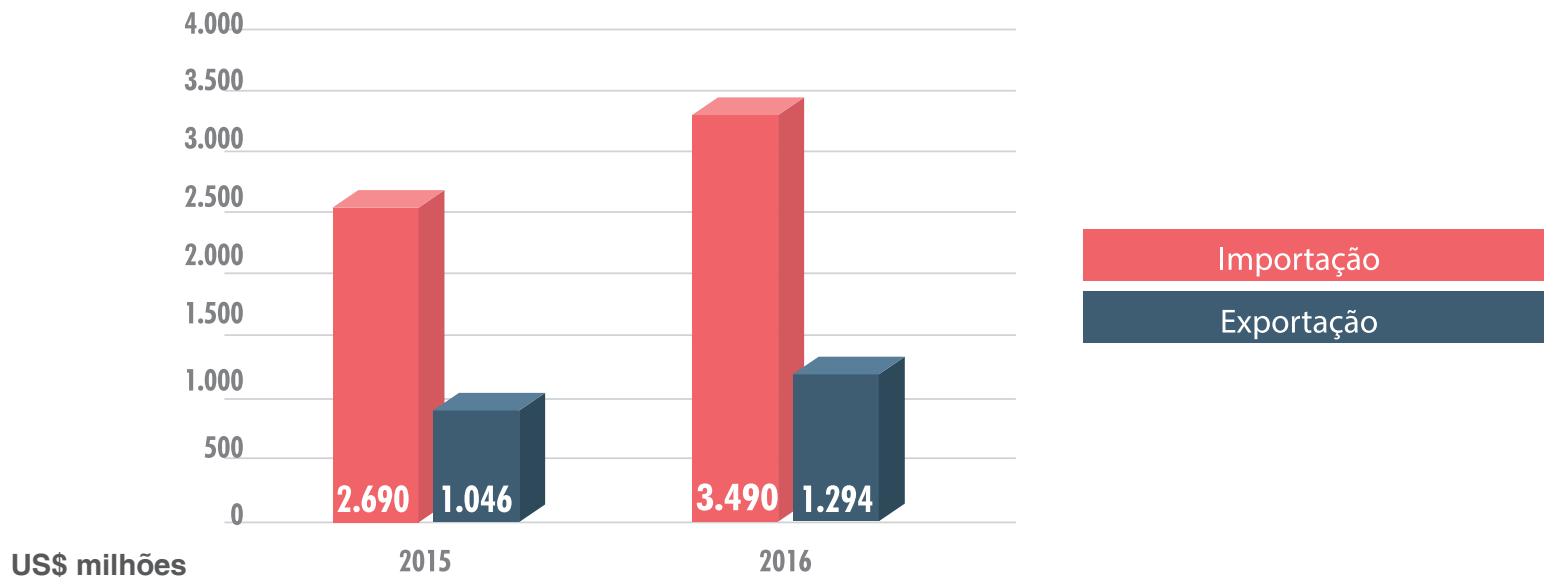
CONJUNTURA SOCIOECONÔMICA

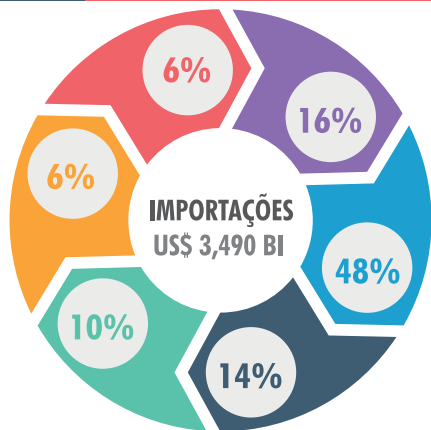
EVOLUÇÃO DO PIB CEARÁ x BRASIL (2012-2016)



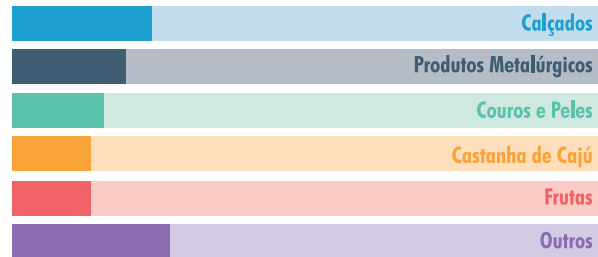
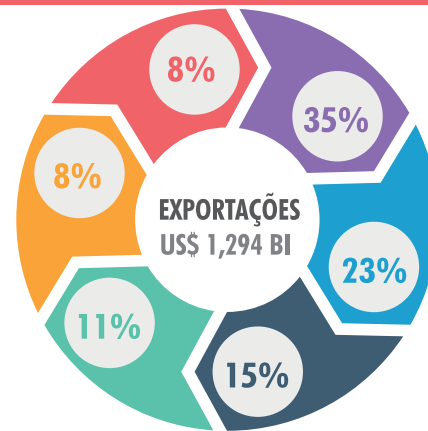
Fator de correção - IGP-DI

BALANÇA COMERCIAL





IMPORTAÇÕES E EXPORTAÇÕES





TRIBUNAL DE CONTAS
DO ESTADO DO CEARÁ

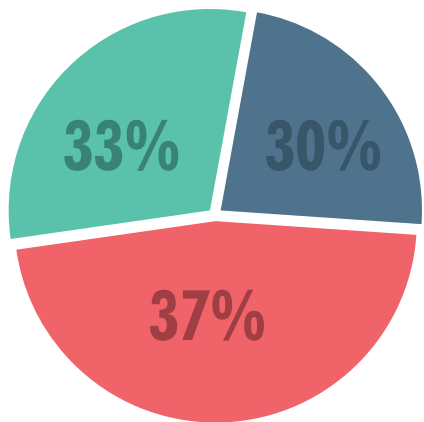
2

PLANEJAMENTO E EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

PPA 2016-2019
(OS 7 CEARÁS)

- 1 CEARÁ DA GESTÃO DEMOCRÁTICA
- 2 CEARÁ ACOLHEDOR
- 3 CEARÁ DE OPORTUNIDADES
- 4 CEARÁ SUSTENTÁVEL
- 5 CEARÁ DO CONHECIMENTO
- 6 CEARÁ SAUDÁVEL
- 7 CEARÁ PACÍFICO

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR TIPO DE PROGRAMA



R\$ 7,77 bilhões

Especial

R\$ 6,86 bilhões

Finalístico

R\$ 8,63 bilhões

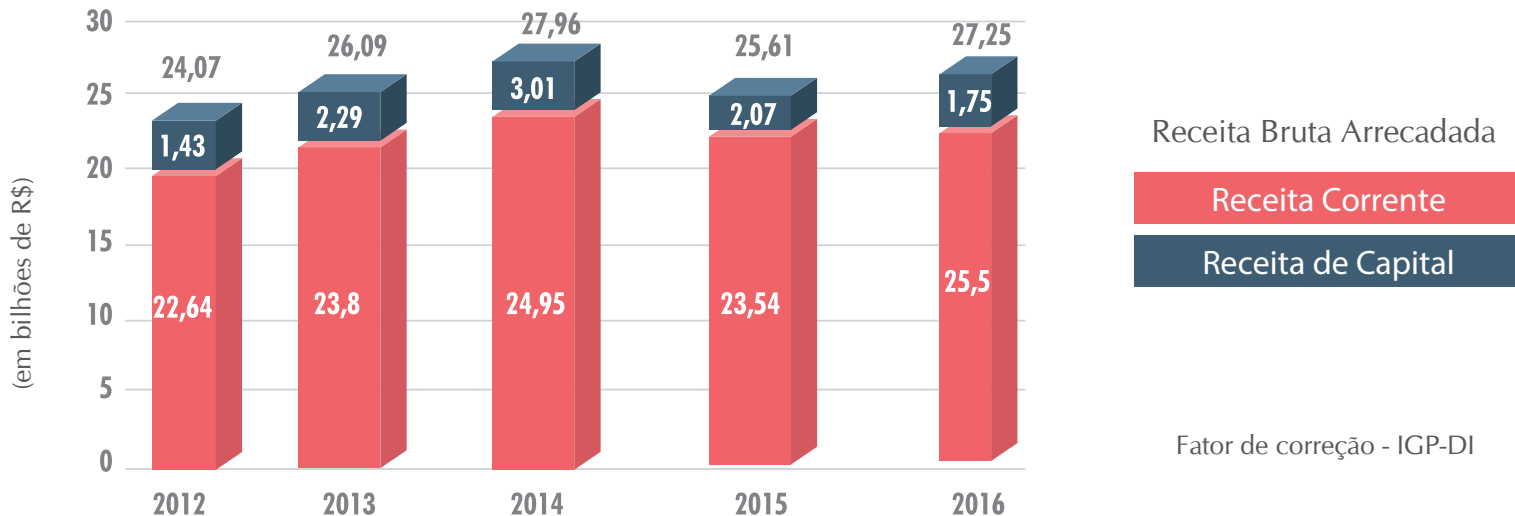
Administrativo

Total Executado: R\$ 23,27 bilhões

RECEITA ORÇAMENTÁRIA ARRECADADA

Categoria Econômica	Orçado (a)	Realizado (b)	Realização (%)
Receita Corrente	R\$ 24,219 bi	R\$ 24,288 bi	100,28%
Receita Intraorçamentária	R\$ 1 bi	R\$ 1,214 bi	121,41%
Receita de Capital	R\$ 4,265 bi	R\$ 1,752 bi	41,09%
Total da Receita Bruta Arrecadada	R\$ 29,483 bi	R\$ 27,253 bi	92,44%
Deduções do FUNDEB	- R\$ 2,871 bi	- R\$ 2,971 bi	103,47%
Receita Orçamentária	R\$ 26,612 bi	R\$ 24,282 bi	91,25%

EVOLUÇÃO DA RECEITA BRUTA ARRECADADA



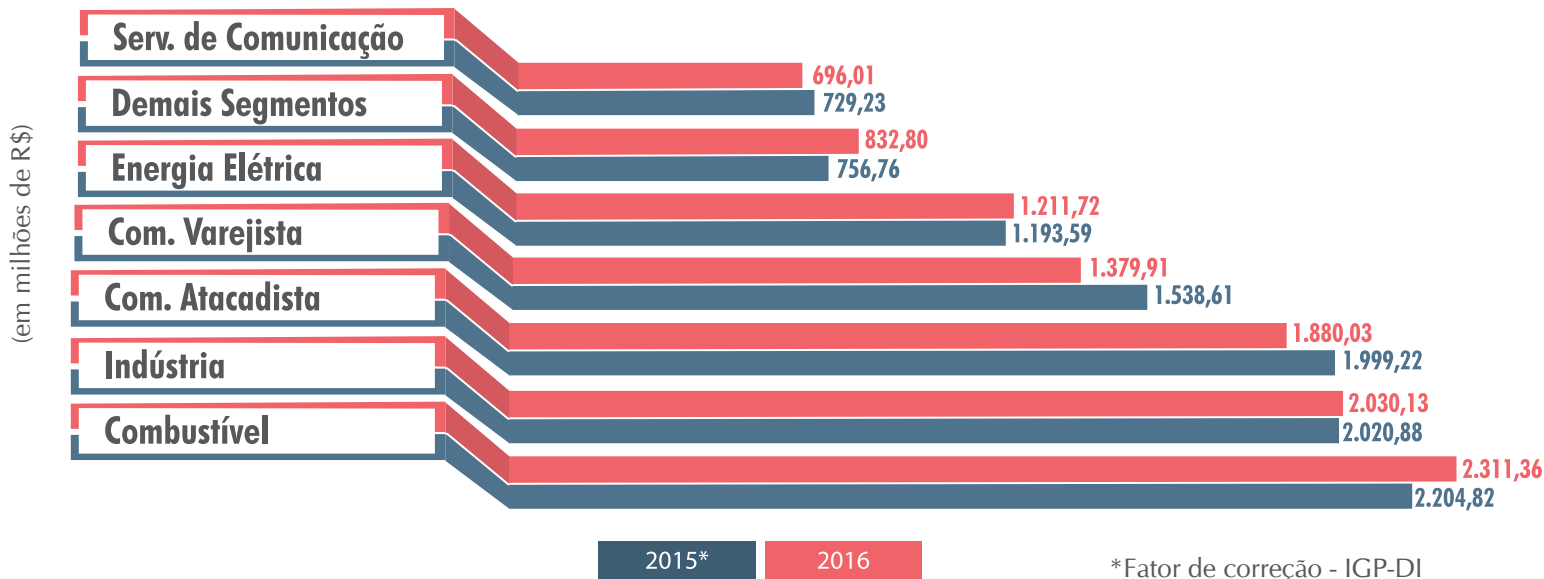
RECEITA TRIBUTÁRIA

(em milhões de R\$)

Receita Tributária	2015*	2016	Variação %
Impostos	12.077,780	12.573,536	4,11%
ICMS	10.410,897	10.332,986	-0,75%
IPVA	691,817	693,982	0,31%
IRRF	891,784	894,931	0,35%
ITCD	82,282	651,637	691,96%
Taxas	456,710	722,710	58,24%
Total	12.533,490	13.296,246	6,09%

*Fator de correção - IGP-DI

ARRECADAÇÃO DO ICMS POR SEGMENTO ECONÔMICO



DESPESA ORÇAMENTÁRIA POR CATEGORIA E GRUPO

Exercício	Despesa Executada
2016	R\$ 23,267 bilhões
2015*	R\$ 21.508 bilhões

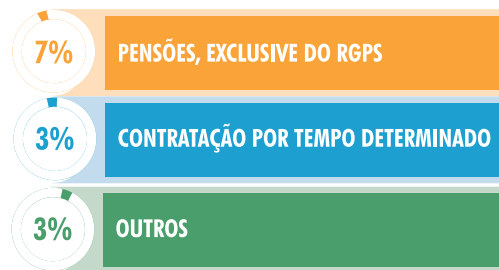
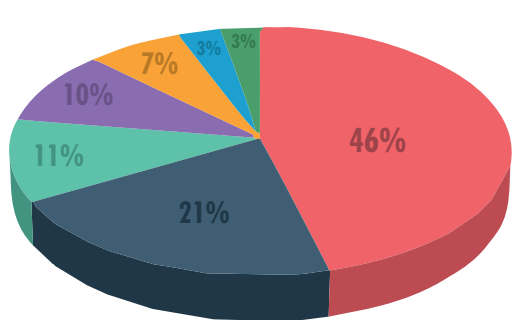
(em milhões de R\$)

Especificações	Dotação Atualizada (R\$) (a)	Executado (R\$) (b)	Realização (%) (b/a)
Despesas Correntes	20.999,854	20.016,053	95,3%
Pessoal E Encargos Sociais	10.681,663	10.454,759	97,9%
Juros e Encargos da Dívida	453,663	446,076	98,3%
Outras Despesas Correntes	9.864,529	9.115,218	92,4%
Despesas de Capital	6.146,738	3.250,863	52,9%
Investimentos	5.045,155	2.172,566	43,1%
Inversões Financeiras	238,334	231,520	97,1%
Amortização da Dívida	863,249	846,777	48,1%
Total	27.146,592	23.266,916	85,7%

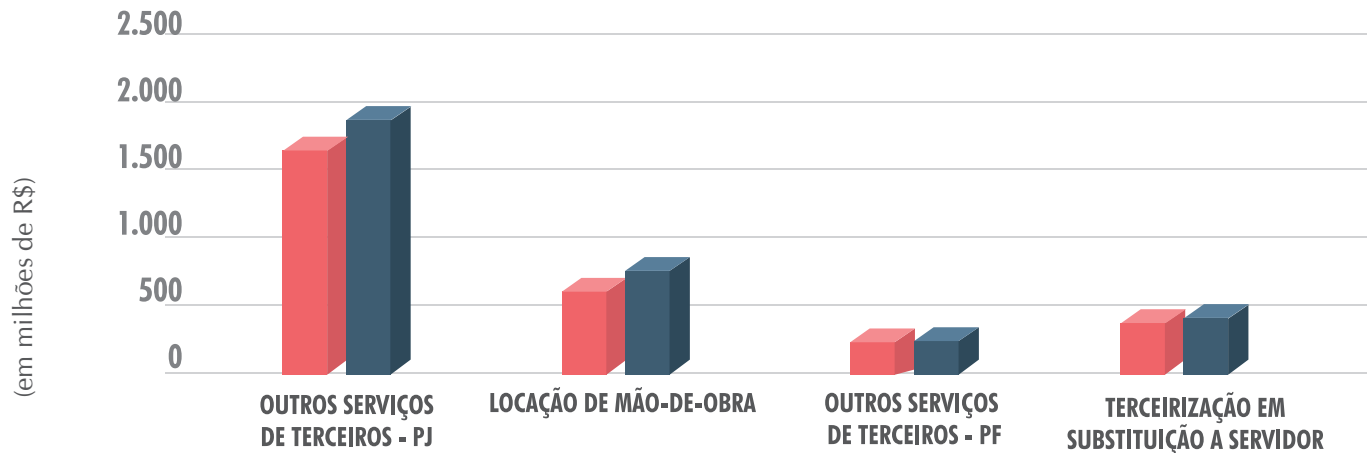
*Fator de correção - IGP-DI

DESPESAS COM PESSOAL E ENCARGOS

Composição das Despesas com Pessoal e Encargos

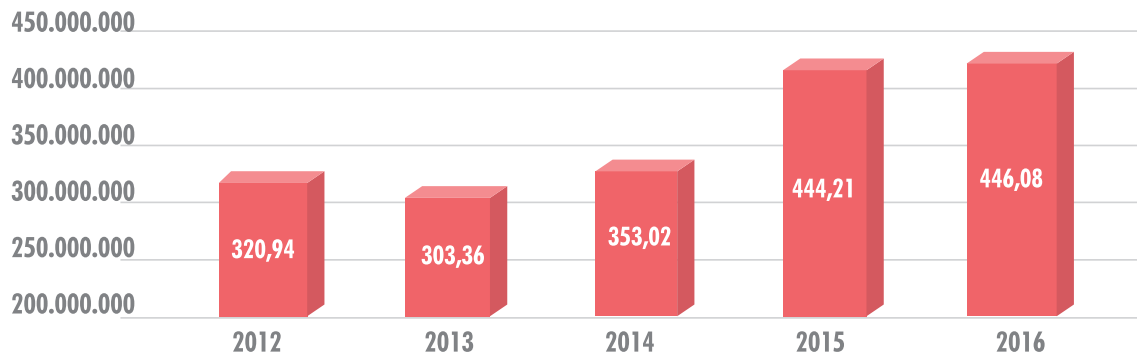


CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS



2015	1.791	688	198	409
2016	1.973	803	213	503

EVOLUÇÃO DE JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA



Dívida Pública	Valor Amortizado (R\$ milhões)	%
Dívida Interna	519,6	61%
Dívida Externa	320,6	38 %
Parcelamentos INSS e PASEP	6,4	1%
TOTAL	846,7	100%

*Fator de correção - IGP-DI

DESPESAS COM LICITAÇÕES

(em milhões de R\$)

MODALIDADE	2015	2016	Variação %
Carta convite	57,0	63,2	11,02%
Tomada de preços	12,0	8,4	-29,56%
Concorrência	1.785,4	1.331,6	-25,42%
Licitação internacional	334,7	325,9	-2,62%
RDC	102,6	73,9	-27,92%
Pregão	2.077,2	2.515,2	21,08%
Registro de preço	6,3	4,7	-25,33%
Dispensa de licitação	550,7	1.051,3	90,90%
Inexigibilidade de licitação	470,2	476,2	1,28%
TOTAL	5.396,1	5.850,5	8,42%

*Fator de correção - IGP-DI

LIMITE DE ABERTURA DE CRÉDITOS SUPLEMENTARES

Despesa fixada na LOA para as Fontes de Recursos do Tesouro¹ (i)	R\$ 16,069 bilhões
Limite² de 25% para abertura de créditos suplementares (ii) = (i) x 0,25	R\$ 4,017 bilhões
Abertura de Créditos Suplementares (iii)	3,952 bilhões
Percentual de abertura dos créditos suplementares (iv) = (iii/i) x 100	24,60%

¹ Fontes do tesouro contabilizadas nos termos do art. 10, §10, I da Lei nº 15.839/15 (LDO 2016)

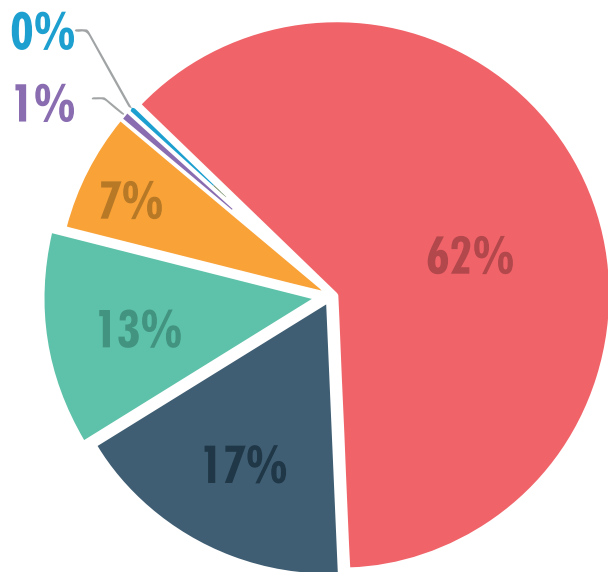
² Limite estabelecido no art. 7º da Lei nº 15.930/15 (LOA 2016)



3

TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS A ENTIDADES PÚBLICAS E PRIVADAS

TRANSFERÊNCIAS A ENTIDADES PÚBLICAS E PRIVADAS

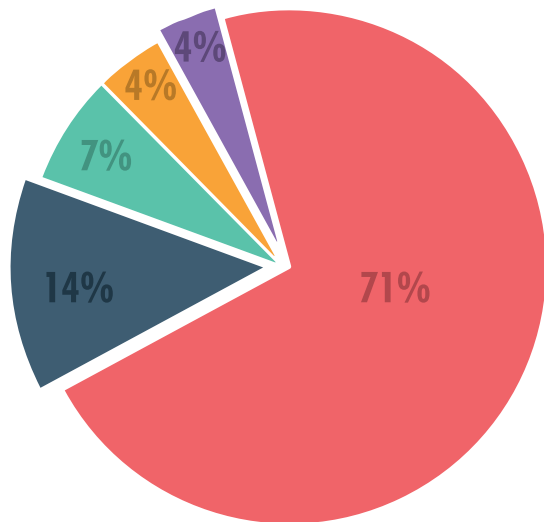


Instituições Privadas sem Fins Lucrativos
Municípios - Fundo a Fundo
Municípios
Consórcios Públicos
Transferências a instituições multigovernamentais
Instituições Privadas com Fins Lucrativos

Exercício	Valores Transferidos
2016	R\$ 1,619 bilhão
2015*	R\$ 1,555 bilhão

*Fator de correção - IGP-DI

TRANSFERÊNCIAS A ORGANIZAÇÕES SOCIAIS - CONTRATO DE GESTÃO



Exercício	Repasses a Contratos de Gestão
2016	R\$ 788 milhões
2015*	R\$ 767 milhões

* Valor atualizado pelo IGP-DI

ISGH	R\$ 561,63 milhões
CENTEC	R\$ 106,31 milhões
AGROPOLOS	R\$ 55,14 milhões
IDT	R\$ 34,44 milhões
IACC / DRAGÃO DO MAR	R\$ 30,39 milhões



TRIBUNAL DE CONTAS
DO ESTADO DO CEARÁ

4

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

INDICADORES DO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

(em bilhões de R\$)

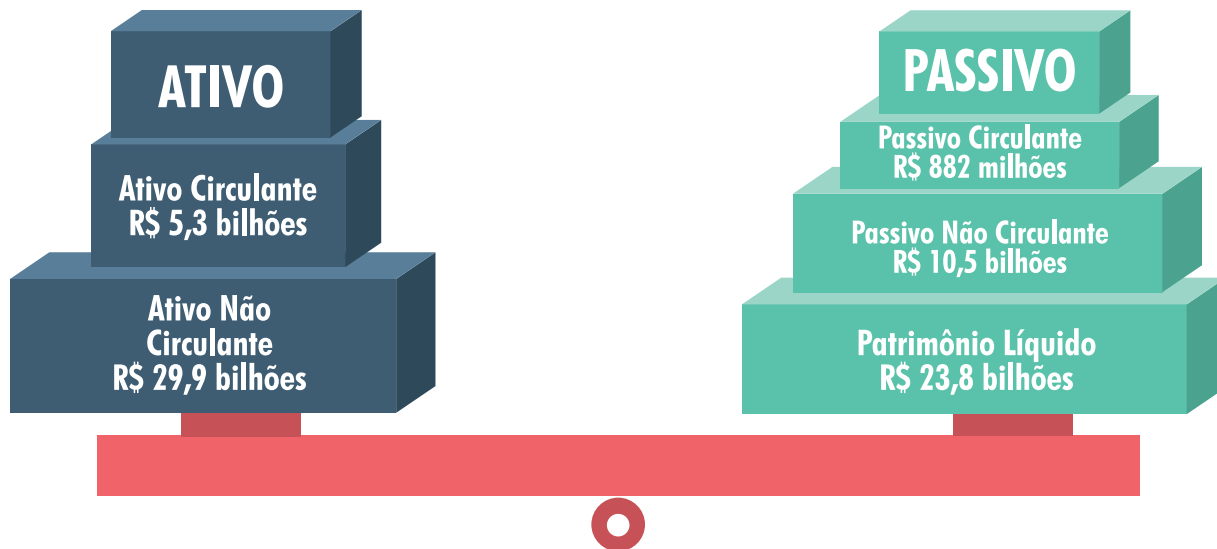
Descrição	Previsão Atualizada (a)	Realizado (b)	Diferença (b - a)
Receitas	26,611	24,282	-2,329
Despesas	27,146	23,266	-3,880
Resultado Orçamentário		1,016	

Arrecadação
a MenorSuperávit de
ExecuçãoEconomia
Orçamentária

FLUXO DE CAIXA

CAIXA	SALDO
Inicial	R\$ 2,744 Bilhões
Final	R\$ 3,754 Bilhões
Variação	R\$ 1,010 bilhão

BALANÇO PATRIMONIAL



INDICADORES DO BALANÇO FINANCEIRO

(Em bilhões de R\$)

Ingressos		Dispêndios	
Receita Orçamentária	24,282	Despesa Orçamentária	23,267
Transferências Recebidas	19,048	Transferências concedidas	19,048
Recebimentos Extraorçamentários	10,452	Pagamentos Extraorçamentários	10,453
Saldo em espécie do exercício anterior	2,753	Saldo em espécie para o exercício seguinte	3,767
TOTAL	56,535	TOTAL	56,535

DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

**Variações Patrimoniais
Aumentativas**
R\$ 50,8 bilhões



**Variações Patrimoniais
Diminutivas**
R\$ 45,2 bilhões

EMPRESAS ESTATAIS NÃO DEPENDENTES

EMPRESA	SIGLA
Agência de Desenvolvimento do Estado do Ceará S/A	ADECE
Companhia de Água e Esgoto do Ceará	CAGECE
Companhia de Gás do Ceará	CEGÁS
Companhia Cearense de Transportes Metropolitanos	METROFOR
Companhia de Integração Portuária do Ceará	CEARÁPORTOS
Centrais de Abastecimento do Ceará S/A	CEASA
Companhia de Gestão dos Recursos Hídricos	COGERH
Empresa Adm. Da Zona de Processamento de Exportações do Pecém	ZPE Ceará



TRIBUNAL DE CONTAS
DO ESTADO DO CEARÁ

5

LIMITES CONSTITUCIONAIS

APLICAÇÃO DA RECEITA LÍQUIDA DE IMPOSTOS NA EDUCAÇÃO



Limite Mínimo **25%** Percentual Aplicado **26,21%**



APLICAÇÃO DO FUNDEB COM PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO



Limite Mínimo { Federal - **60%**
Estadual - **80%** Percentual Aplicado **78,06%**



APLICAÇÃO DA RECEITA LÍQUIDA DE IMPOSTOS EM SAÚDE



Limite Mínimo **12%** Percentual Aplicado **13,89%**



APLICAÇÃO DA RECEITA TRIBUTÁRIA COM INVESTIMENTOS



Limite Mínimo **20%** Percentual Aplicado **6,10%**



APLICAÇÃO EM INVESTIMENTO NO INTERIOR DO ESTADO



Limite Mínimo **50%** Percentual Aplicado **55,66%**



**APLICAÇÃO NO FUNDO DE FINANCIAMENTO DO SETOR PRODUTIVO**

Limite Mínimo **50%**
do volume aportado no fundo para
as Micro e Pequenas Empresas

Percentual Aplicado **0,00%**

**APLICAÇÃO DE RECURSOS NA FUNCAP**

Limite Mínimo **2%**
da Receita Tributária

Percentual Aplicado **0,45%**



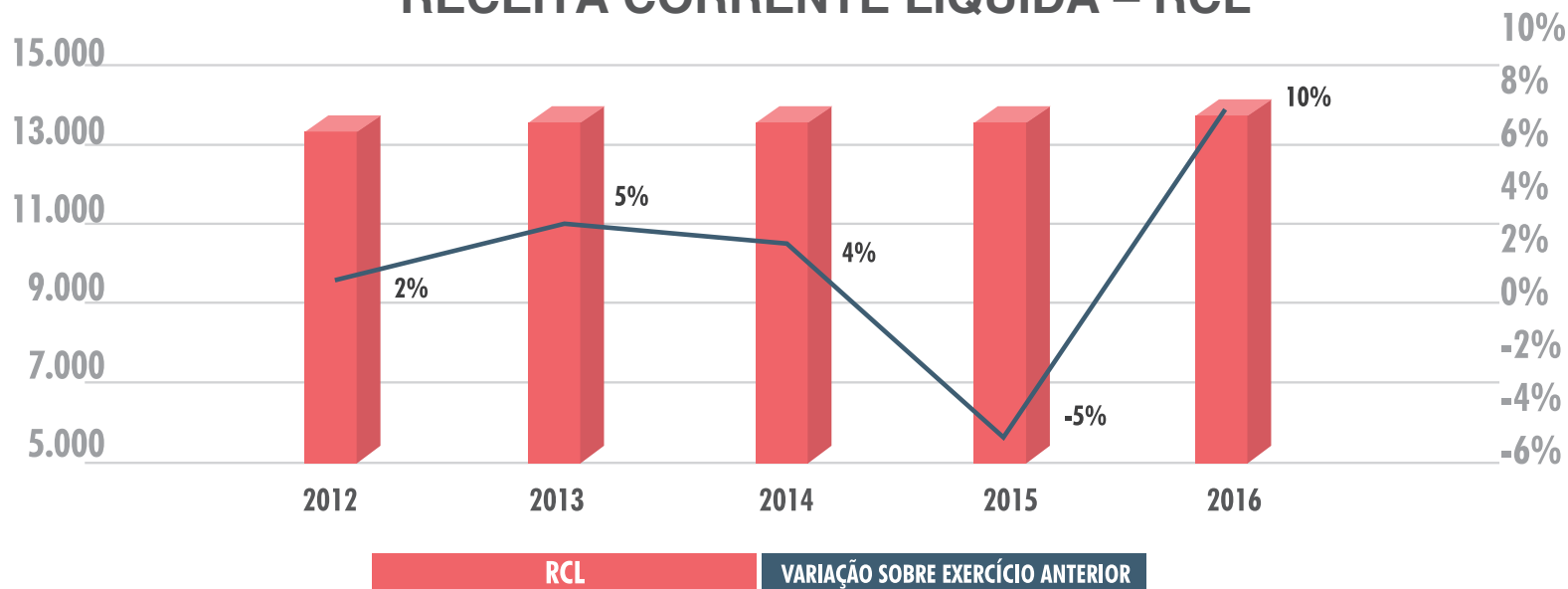


TRIBUNAL DE CONTAS
DO ESTADO DO CEARÁ

6

GESTÃO FISCAL

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – RCL



Nota: Valores corrigidos pelo IGP-DI

DEPÓSITOS JUDICIAIS

Descrição	Total
Depósitos Judiciais	R\$ 4,98 milhões
Depósitos Judiciais	R\$ 526,30 milhões
Receita e Remuneração de Depósitos Bancários de Recursos Vinculados – Depósitos Judiciais – Lei nº 14.145/09 (Fonte 15 – Depósitos Judiciais)	R\$ 404,89 mil
TOTAL	R\$ 531,68 milhões

**DESPESAS COM PESSOAL SOBRE A RCL**

Limite Legal: **49,60%**
Limite Prudencial: **46,17%**

Valor Apurado: **40,68%**

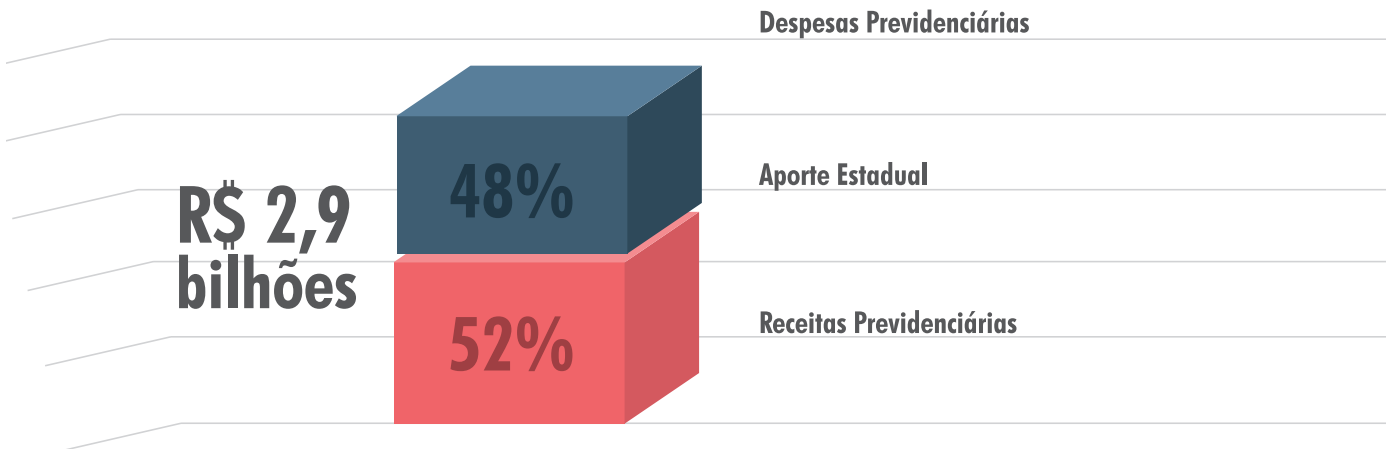
**LIMITE DESPESAS COM PPP SOBRE A RCL**

Limite Legal: **5%**

Valor Apurado: **0,20%**



RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS



O Estado do Ceará **aportou o montante de R\$ 1,4 bilhão** para cobertura de Insuficiências Financeiras da Previdência



LIMITE ANUAL DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO SOBRE A RCL

Limite Máximo: **16%**

Valor Apurado: **6,22%**



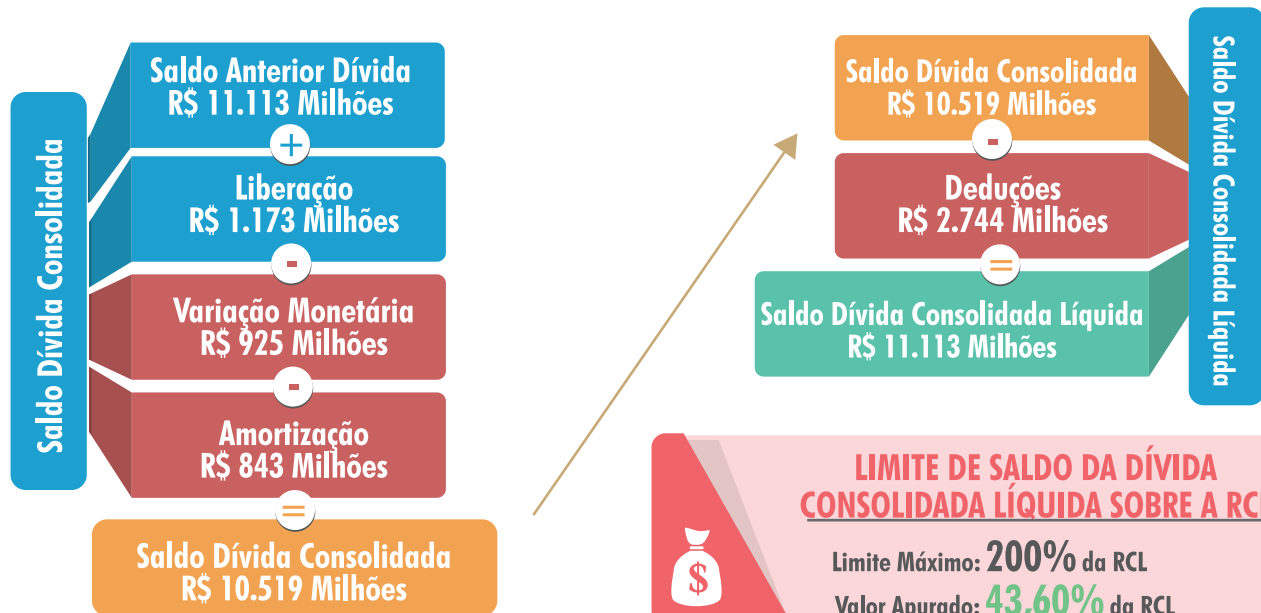
LIMITE DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA

Limite Máximo: **7%** da RCL

Valor Apurado: **0%**



VARIAÇÃO DA DÍVIDA CONSOLIDADA





CONCESSÃO DE GARANTIAS SOBRE A RCL

Limite Máximo: **22%**

Valor Apurado: **4,57%**



SALDO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA

Meta Fixada na LDO: **7,1 Bilhões** Valor Apurado: **7,7 Bilhões**





META DE RESULTADO PRIMÁRIO

Meta Fixada na LDO: Superávit **480** milhões

Valor Apurado:

- Superávit R\$ **1,8 bilhão**, metodologia LDO
- Superávit R\$ **890 milhões**, metodologia STN



META DE RESULTADO NOMINAL

Meta Fixada na LDO: Positivo em R\$ **529** milhões

Valor Apurado: Negativo em R\$ **1,5 bilhão**





TRIBUNAL DE CONTAS
DO ESTADO DO CEARÁ

7

TRANSPARÊNCIA NA GESTÃO PÚBLICA

REQUISITOS DE TRANSPARÊNCIA

TRANSPARÊNCIA NA GESTÃO PÚBLICA**Exigências legais da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF****Publicações do RREO e RGF****Exigências Legais da Lei de Acesso à Informação - LAI****Transparências das Secretarias Estaduais****Transparências nos Consórcios Públicos de Saúde**



8

ATENDIMENTO ÀS RECOMENDAÇÕES DO TCE SOBRE AS CONTAS ANUAIS DO GOVERNO DO EXERCÍCIO DE 2015

SITUAÇÃO DAS RECOMENDAÇÕES
ALUSIVAS AO EXERCÍCIO DE 2015

CAPÍTULO	QUANTIDADE DE RECOMENDAÇÕES					
	Atendidas	Parcialmente Atendidas	Em Fase de Implantação	Não Atendidas	Sem análise	TOTAL
Conjuntura Socioeconômica	2	-	-	1		3
Planejamento e Execução Orçamentária	3	-	2	5	2	10
Transferências Voluntárias	-	-	-	1		1
Demonstrações Contábeis	-	1	1	4		6
Limites Constitucionais	1	1	-	4		6
Gestão Fiscal	3	3	-	2		8
TOTAL	9	5	3	17	2	36

PROCESSOS REFERENTES ÀS OCORRÊNCIAS DETECTADAS NAS CONTAS DE GOVERNO 2014 E 2015

Espécie	Nº Processo	Órgão	Local
Representação	07790/2015-0	SEPLAG	MPC - 2ª Procuradoria de Contas
Representação	07791/2015-1	SEFAZ	Gerência de Contas de Governo
Representação	07769/2015-8	SSPDS	Arquivada
Representação	07772/2015-8	SESA	MPC - 2ª Procuradoria de Contas
Representação	07771/2015-6	PGE	Gerência de Contas de Governo
Representação	07770/2015-4	SRH	Arquivada
Auditoria	04681/2015-1	SEFAZ	MPC - 1ª Procuradoria de Contas
Representação	05500/2016-5	SEFAZ	Gerência de Contas de Governo
Representação	05501/2016-7	SEFAZ	Gerência de Contas de Governo



9

RESSALVAS E OCORRÊNCIAS ALUSIVAS AO EXERCÍCIO DE 2016

RECOMENDAÇÕES ÀS CONTAS DE 2016

44

RECOMENDAÇÕES

28

RESSALVAS

16

OCORRÊNCIAS

7

NOVAS

21

REITERADAS

8

NOVAS

8

REITERADAS

NOVAS RESSALVAS DE 2016

1. Não contabilização no Balanço Patrimonial da CAGECE dos recursos recebidos do Governo do Estado a título de “Constituição ou aumento de Capital”, bem como ausência de notas explicativas da aplicação desses recursos.
2. Não cumprimento do percentual mínimo de utilização dos recursos do FUNDEB com pagamento do magistério estadual, contrariando o que é determinado no art. 3º da Lei Estadual nº 15.064/11.
3. Não evidenciação no Demonstrativo das Receitas e Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde das despesas executadas pelo ISSEC.
4. Não evidenciação no Demonstrativo das Receitas e Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde das despesas Inscritas em Restos a Pagar não Processados.
5. Não evidenciação no Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas (Anexo 13), integrante do RREO, de despesas realizadas com parceiras público-privadas pelo montante liquidado.
6. Não evidenciação dos Recursos de Depósitos Judiciais apropriados como outras Receitas Correntes.
7. Não apresentação dos Anexos de Despesa com Pessoal com Consórcios Públicos junto aos RGFs.

NOVAS OCORRÊNCIAS DE 2016

1. Não identificação dos recursos para o alcance das metas estabelecidas no PPA , para as Iniciativas com mais de 1 produto principal, dificultando assim a análise da eficiência da aplicação dos recursos públicos.
2. Identificação de incongruências associadas a natureza do programa, da iniciativa e dos projetos em relação execução físico-financeira das Iniciativas dos Programas de Governo.
3. Falta de informações pela Setorial acerca da realização das metas físicas dos produtos principais de algumas Iniciativas.
4. Não identificação nos decretos para abertura de créditos suplementares, das ações que utilizaram recursos da anulação de créditos da Reserva de Contingência, das razões das suplementações e não promoção da transparência da utilização da reserva nos portais eletrônicos do Estado.
5. Disponibilidade negativa do caixa líquido na fonte do Programa PforR.
6. Não atualização dos dados, de forma periódica, para o controle concomitante da população sobre execução do PPA 2016-2019.
7. Não disponibilização das informações sobre execução das metas físicas e financeiras do PPA 2016-2019 em formato de bancos de dados para realização de download.
8. Não disponibilização de relatórios que consolidem tanto informações das metas físicas como dos seus respectivos dispêndios orçamentários no Portal eletrônico da SEPLAG.



*TRIBUNAL DE CONTAS
DO ESTADO DO CEARÁ*

Rua Sena Madureira, 1047
CEP: 60055-080 - Centro - Fortaleza - CE
www.tce.ce.gov.br